

Sexta-feira, 31 de março de 1989

Novamente o Congresso contra a sociedade

Mais uma vez presenciamos, infelizmente, o Congresso Nacional resistir a propostas do Executivo que visam ao enxugamento da máquina administrativa, decidindo-se pela manutenção de empresas do governo. Assim ocorreu em relação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), à Empresa Brasileira de Planejamento e Transportes (Geipot), à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e à Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU).

Essas empresas, cujos objetivos, significado e importância são pouco conhecidos pelo povo brasileiro, e só por isso já mereciam uma avaliação da sua existência, tiveram sua manutenção defendida pela quase unanimidade do Congresso, que, embora tenha aprovado a matéria por voto de lideranças, contou com a maciça presença de seus membros, fato que sabemos ser pelo menos incomum àquela casa.

O forte comparecimento dos senhores congressistas para encaminhamento, discussão e votação

da matéria, ocorrida com grande rapidez, foi acompanhado pela presença, nas galerias, das várias associações de funcionários dos órgãos envolvidos, que, vitoriosos, numa demonstração peculiar de civismo, entoaram no final da sessão, em coro, o Hino Nacional.

Numa rápida leitura dos fatos, fica evidente que a solidariedade dos senhores parlamentares está situada junto aos interesses das galerias, ou seja, quiseram nossos deputados e senadores, mais uma vez, proteger estruturas de poder dentro do aparelho do Estado, além, é claro, dos empregos dos visitantes ocasionais das galerias da mais alta casa de leis da Nação.

É claro que nenhum dos senhores parlamentares que falaram contra a proposta do governo defendeu abertamente estas intenções, pelo contrário, buscaram elas justificativas, se não contraditórias e legalmente passíveis de discussão, no mínimo curiosas.

Congressistas de ideologia insuspeita foram vistos defendendo a reforma agrária como fundamental para o País, e este projeto

teria, como única tábua de salvação, a continuidade do INCRA. Outros apontaram incoerências na proposta do governo, que tentava começar sua reforma administrativa justamente pelos órgãos que representavam verdadeiras ilhas de modernidade e eficiência.

Causam espanto afirmações de modernidade e eficiência, saídas de uma casa que pouco tem contribuído nesta linha. Para não nos prolongarmos em vastos exemplos, fiquemos mesmo na questão do funcionalismo público, agraciado pelo Congresso, através da nova Constituição, com mais e maiores benefícios, até mesmo efetivando milhares de pessoas que no Estado entraram sem concurso, hipocritamente agora exigido.

É bem verdade que também o Executivo nos deve satisfações nesta área. Veja-se, por exemplo, a famosa lista de dispensas, que, prometida pelo senhor ministro do Planejamento, aumenta e diminui como sanfona, seguramente ao sabor das necessidades psicológicas do governo.

No entanto, a questão do tamanho do Estado, assim como seu número de funcionários — impossível, aliás, de ser precisado, existindo um forte consenso de que orbite pela ordem dos 500 mil para este ou para qualquer outro governo, graças ao conjunto de direitos adquiridos, além da baixa consciência dos políticos sobre o problema —, torna-se cada vez mais distante de solucionar-se, frustrando cada vez mais a sociedade, que, numa demonstração inequívoca do que deseja, transforma personagens dessa cena, que se decidiram pelo combate a este estado de coisas, em heróis de dimensão nacional.

A figura do político é fundamental em qualquer democracia. A representação popular é peça-chave nos regimes abertos. No entanto, a cada vez que estes se recusam a ouvir a sociedade, esquecem-se de sua real missão e não só põem em risco seus futuros mandatos, o que é salutar, em nossa opinião, como também colocam a própria instituição da representação sob desconfiança da sociedade.